



ENTREVISTA COM JOÃO GOULÃO

“EMBORA SEJAMOS UM PAÍS PEQUENO, A NOSSA INFLUÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS EM MATÉRIA DE DROGAS TEM SIDO EXTREMAMENTE IMPORTANTE”

Depois de aprovada a Estratégia em matéria de Drogas da UE 2021-2025 durante a presidência alemã, cabe agora à presidência portuguesa do Conselho da UE o desenvolvimento de um Plano de Ação que traduza o equilíbrio patente na estratégia entre redução da oferta e redução da procura. Uma vez mais, Portugal, que preside igualmente ao Grupo Horizontal Drogas do Conselho da EU, ficará nos registos históricos em matéria de políticas de drogas, depois de ter visto consagrada nas restritas convenções da ONU a sua política de descriminalização. Em entrevista, “The man of the match” deste jogo de cariz humanista, João Goulão, revisita um legado de orgulho, desvenda os principais valores desta nova estratégia da UE e antecipa alguns princípios da construção do novo plano de ação...

Que aspetos destacaria da nova Estratégia da UE em matéria de Drogas?

João Goulão (JG) – Contrariamente ao que é habitual na construção da estratégia, houve uma iniciativa da Comissão Europeia de submeter para reconhecimento e aprovação pelo Conselho da EU uma Agenda para as Drogas que tinha uma vertente muito forte na questão da segurança e combate ao tráfico. Isto porque a política de drogas da Comissão está sobretudo ancorada na Direção Geral de Home Affairs e enquadra-se numa preocupação mais ampla que tem ganho terreno no seio da UE e que tem a ver com as questões dos migrantes, do crime organizado, da segurança em geral... E essa Agenda tinha pouco desenvolvida a vertente que habitualmente convoca mais profundamente a todos os estados-membros, e que tem a ver com os cuidados, o acompanhamento, a prevenção, em suma, a redução da procura. E a presidência alemã – e bem – secundada por todos os estados-membros, tomou a

iniciativa de desenvolver aquela proposta da Comissão Europeia de uma forma mais abrangente, incluindo outros capítulos, muito em linha com o que é habitual e com o documento final da UNGASS de 2016. É importante realçar esse excelente trabalho, desenvolvido em tempo recorde pela presidência alemã, que visou não apenas a componente da oferta e o reforço da segurança, mas também a redução da procura, a prevenção, tratamento e serviços de cuidados aos dependentes, um terceiro capítulo relacionado com os danos provocados pelas drogas, dois outros capítulos, igualmente importantes do nosso ponto de vista, a cooperação internacional e a investigação, inovação e prospeção e, por último, a coordenação, governança e implementação. Esses capítulos, não fugindo muito ao que é tradicional nos documentos emanados pelo Conselho, contêm alguns aspetos à luz dos novos tempos, reflexões e posturas que vão surgindo na Europa. Portanto, penso que é um bom documento, muito equilibrado e que nos dá agora espaço, enquanto presidência portuguesa, para conduzir o processo de construção do Plano de Ação, que irá traduzir em ações concretas estes princípios estratégicos que enquadram a política da UE em matéria de drogas para os próximos 5 anos.

Pela primeira vez, teremos uma estratégia e um plano de ação coincidentes no tempo...

JG – Sim, com um período francamente mais curto do que é habitual. Um horizonte temporal de apenas cinco anos, uma decisão também assumida por todos os estados-membros que tem a ver com a rápida mutação dos fenómenos relacionados com drogas. Faz, pois, sentido que o planeamento estratégico tenha um horizonte mais curto do que era tradicional.

O Dr. João Goulão presidiu há dias à primeira reunião do Grupo Horizontal de Drogas... sentiu da parte dos diversos coordenadores alguma preocupação relativamente ao fenómeno na Europa, particularmente no que respeita às novas substâncias psicoativas?

JG – Sim, essa é uma preocupação que está presente, se bem que, de alguma forma, a explosão do consumo de novas substâncias psicoativas, que era uma preocupação central aquando do desenho da estratégia anterior, apesar de ser um problema importante no panorama de muitos estados-membros, não ganhou a proporção que se esperava na altura. Há muitas novas substâncias, todos os dias saem para o mercado novas substâncias e o sistema europeu de alerta rápido faz a disseminação dessa realidade para todos os estados, mas a dimensão explosiva que se antecipava há oito anos atrás não teve a expressão esperada. De qualquer forma, é uma preocupação, mas diria que, ainda por cima neste contexto de pandemia que vivemos, o que vem sendo verbalizado é uma preocupação muito em torno das substâncias clássicas, que continuam a ser mais importantes e a ter mais impactos, sobretudo junto das franjas mais desorganizadas dos utilizadores de drogas, do que propriamente estas novas substâncias psicoativas.

As estratégias europeias centram-se exclusivamente nas drogas ilícitas e esta nova estratégia não constitui exceção. Em que medida seria oportuno passar a incluir as lícitas e as dependências sem substância, grandes problemas que a Europa está a enfrentar?

JG – Apesar de sentirmos uma tendência generalizada dos estados-membros para aceitarem que essa abordagem seja mais vasta, ao nível da estrutura da própria União e da Comissão, as coisas não são tão simples... isso tem a ver com o facto de as questões da droga e das toxicodependências estarem ancoradas na DG Home, enquanto o álcool, por exemplo, está ancorado na DG Sante. Se bem que existem movimentos, por exemplo, no sentido de alargar o mandato do Observatório Europeu das Drogas e das Toxicodependências para um escopo comparável ao do Sicad e das nossas estruturas nacionais, que têm um mandato mais abrangente sobre as questões do álcool, do jogo, do ecrã, etc. Se bem que haja muitas vozes a favor desse alargamento, o facto é que não parece haver, por parte da Comissão Europeia, uma abertura nesse sentido. Essa revisão do mandato do OEDT seria uma das prioridades, que foi anunciada para a presidência portuguesa, mas a Comissão Europeia veio comunicar que não apresentaria, durante a nossa presidência, uma proposta de revisão do mandato porque havia limitações orçamentais, na vigência das quais não faria sentido esse alargamento. Portanto, embora haja uma vontade expressa de vários estados-membros nesse sentido, não nos parece que seja no imediato que a abrangência desta estratégia possa ser outra.

A ex primeira ministra da Nova Zelândia, Helen Clark, sugeriu recentemente em entrevista que a UE se inspirasse no modelo português e sobretudo nas suas políticas humanistas. Além deste elogio, lançou um desafio ao presidente do Grupo Horizontal de Drogas no sentido de se introduzir humanismo e centralidade no cidadão no plano de ação que está a ser desenhado...

JG – Nós temos a felicidade e a oportunidade rara de influenciar de uma forma muito direta a construção deste documento e, obviamente, a presidência portuguesa fará os possíveis para incluir neste plano de ação medidas muito centradas naquela que é a nossa abordagem: uma abordagem humanista e simultaneamente pragmática e uma componente em que temos tido um papel importante, que é a presidência do Grupo Pompidou do Conselho da Europa, que elege uma preocupação muito focada no respeito pelos direitos humanos em todas as circunstâncias e algumas preocupações que, apesar de afloradas em estratégias anteriores, não eram tão desenvolvidas como pretendemos que sejam agora. Refiro-me, por exemplo, às questões de género e à igualdade de acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde e a literacia em saúde. Em suma, há uma série de questões que penso que conseguiremos fazer incluir neste plano de ação.

Este plano de ação surge também alicerçado no conhecimento e na evidência científica e afigura-se um enorme desafio para a UE...

JG – Sem dúvida! Contamos com uma agência que, para além da enorme produção científica que vai havendo nos diversos estados, congrega e consolida a produção científica que vai ocorrendo um pouco por toda a Europa e fazendo também pontes para outras zonas do mundo, que é o Observatório Europeu. Temos a felicidade de os ter connosco, de ter uma relação muito próxima e colaborante e esse é um acervo de conhecimento que pretendemos também utilizar na construção deste plano. Há muita evidência relativa a determinadas abordagens que está hoje perfeitamente comprovada e que faz sentido incluir.

Relativamente à cooperação com os países terceiros, sabendo-se que ainda existem muitas abordagens centradas maioritariamente na justiça, espera encontrar dificuldades?

JG – A nossa primeira experiência, na semana passada enquanto presidência, foi um diálogo UE China e posso dizer-lhe que, apesar de termos todos consciência de que anos luz nos separam relativamente a essa abordagem mais securitária e justicialista, foi possível constatar que há também progressos na abordagem em termos de oferta de cuidados e de acompanhamento. Ainda se posicionam muito na possibilidade de tratamento compulsivo, mas, apesar de tudo, a mera existência de respostas de saúde dirigidas à população utilizadora de drogas é já um passo bastante significativo e parece estar em franco desenvolvimento. Foi uma porta que se abriu para uma realidade cultural e ambiental francamente diferente da nossa, mas em que sentimos uma grande potencialidade de desenvolvimento. Por outro lado, até noutros contextos, e mais uma vez no âmbito do Grupo Pompidou, há outras pontes que temos desenvolvido, por exemplo com os EUA e com a América Latina, com quem temos mantido um diálogo muito próximo e frutífero. Há também várias pontes com a América Latina e com as Caraíbas no âmbito do Programa COPOLAD, que terá a sua terceira edição... temos perspectivas de aprofundar essa cooperação. Do nosso ponto de vista, seria também importante aproveitar esta presidência, apesar de curta, para desenvolver algumas iniciativas com os países de língua oficial portuguesa. Dadas as circunstâncias, o

GRUPO POMPIDOU CELEBRA O 50º ANIVERSÁRIO ESTE ANO

Foi publicada ontem a declaração de João Goulão, diretor-geral do SICAD e atual presidente do Grupo Pompidou, referente ao 50º aniversário desta estrutura europeia cujo mote será “Os direitos Humanos no centro das políticas de drogas”.

O aniversário será celebrado ao longo do ano, numa série de eventos que decorrem na Europa e não só, terminando num grande encontro, em outubro, que celebrará o trabalho de 50 anos, prestará tributo aos envolvidos e projetará os desafios futuros.

Criado em agosto de 1971, enquanto estrutura de cooperação europeia para a luta contra o abuso e o tráfico de drogas, o grupo Pompidou desenvolveu-se ao longo dos anos como uma organização internacional que promove uma abordagem humanística das políticas de drogas, em consonância com os valores do Conselho da Europa, tendo crescido de sete estados fundadores para 41 membros hoje, incluindo três países não europeus.



contexto de pandemia e algum assoberbar de trabalho que representa, não sei se teremos condições para organizar algo, mas estamos também a quase dois anos do fim do mandato da presidência do Grupo Pompidou e, aí sim, já está assumido o estabelecimento dessas pontes. Há uma ideia que gostaria de transmitir, que é o enorme desejo que nós, Portugal, temos de nos aproximar daqueles países que, de alguma forma, ficaram para trás na evolução das suas políticas. Falar para aqueles que já têm uma abordagem mais centrada no respeito pelos direitos humanos e nos valores do humanismo é muito confortável, mas não é muito eficaz no que concerne a proporcionar avanços para a humanidade; enquanto que falar com aqueles países que ficaram lá atrás, com a tal abordagem meramente justicialista, é muito compensador. Já falei em experiências com países, nomeadamente orientais, que nos visitaram ou que tive a oportunidade de visitar e de participar em iniciativas e a sensação de que estamos a falar uma outra linguagem, mas que, pelo menos, desperta muita curiosidade, já é algo positivo. Em tempos, falei com a ministra do interior de um desses países que ainda têm pena de morte para crimes conexos com drogas e, depois de uma conversa de mais de duas horas, a sra. ministra dizia-me que não prometia que a sua política mudasse da noite para o dia, mas agradecia, pois eu acabava de deixar uma semente para a mudança. Isso é que é francamente importante: que, partilhando a nossa experiência, consigamos influenciar o desenvolvimento de políticas nesses países que têm ainda uma postura muito proibicionista.

Falamos em países terceiros que incluem produção, tráfico e consumo... será fácil procurar estabelecer pontes de conforto que visem uma cooperação mais eficaz?

JG – A questão da produção e do tráfico é algo que incomoda os próprios estados... há aqui uma luta comum nessa vertente. Não podemos dizer que não estão interessados em reduzir a acessibilidade da droga no espaço europeu ou no resto do mundo. Por outro lado, há uma preocupação crescente desses países com o impacto da disponibilidade das substâncias na sua própria população e penso que também aí é possível desenvolver uma política equilibrada entre a redução da oferta e a redução da procura. São interesses comuns e não antagónicos e não podemos considerar ou ostracizar os estados que têm uma produção mais significativa como os maus da fita. Eles próprios são parceiros importantes neste combate comum.

Há 20 anos, na sessão de inauguração da presidência portuguesa da UE, estavam presentes o Dr. Jorge Sampaio, figura ímpar no combate a este fenómeno, e o Eng.º António Guterres, hoje Secretário Geral da ONU e foi nesse período que se deu o passo fundamental para a Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga... Em que medida lhe trará este registo histórico uma responsabilidade acrescida no sentido de fazer convergir o plano de ação da UE para posturas mais pragmáticas e humanistas, as mesmas que caracterizaram essa abordagem portuguesa?

JG – Embora sejamos um país pequeno no contexto europeu, penso que a nossa influência no desenvolvimento das políticas em matéria de drogas tem sido extremamente importante. E essas figuras fundadoras que referiu, de Jorge Sampaio a António Guterres e também a José Sócrates, são referências que é de toda a justiça que citemos e chamemos à memória quando se discutem estas questões. Tive a oportunidade, recentemente, no tal diálogo com a China, de fazer uma breve apresentação sobre a evolução da situação em matéria de drogas na UE, em que apresentei dois slides sobre a política portuguesa e, num deles, referi exatamente que isto foi decidido durante a vigência do governo de António Guterres, o atual Secretário Geral das Nações Unidas. E foi curioso constatar que os chineses, quando ouviram esta explanação, pareceram tomados de surpresa. O facto é que, já desde a UNGASS, em 2016, tivemos o reconhecimento de um órgão da ONU, que nos primeiros momentos da nossa decisão de descriminalizar foi linearmente contra e, 15 anos depois, o presidente do Órgão Internacional para o Controlo de Estupefacientes das Nações Unidas (guardião das Convenções) faz uma apresentação em que afirma que Portugal é um exemplo de boas práti-

PORTUGAL PRESIDE AO GRUPO HORIZONTAL DE DROGAS



No âmbito da presidência portuguesa da União Europeia, durante o primeiro semestre de 2021, Portugal preside ao Grupo Horizontal de Drogas, estando prevista a realização de sete reuniões. João Goulão, Coordenador Nacional para os Problemas da Droga, das Toxicodependências e do Uso Nocivo do Álcool, e Diretor-Geral do SICAD, liderará este grupo durante o mesmo período, e terá como uma das co-chairs, Ana Sofia Santos, responsável pela Divisão de Relações Internacionais do SICAD. Entre os membros da equipa portuguesa está, igualmente, Ana Rodrigues, da mesma área no SICAD, como Head of Delegation.

A presidência portuguesa continuará o trabalho iniciado pela presidência alemã cessante e, com base na Estratégia de Drogas da União Europeia para o período de 2021 a 2025, tem como objetivo principal a preparação de um Plano de Ação, baseado na evidência científica, realista, limitado no tempo e mensurável.

O Grupo Horizontal de Drogas (GHD) foi criado em 1997 e é responsável pela condução e gestão dos trabalhos do Conselho respeitantes a esta matéria. Realiza um trabalho tanto de carácter legislativo como de política geral em dois domínios essenciais: a redução da oferta e a redução da procura. Os seus principais objetivos são a elaboração de estratégias, de planos de ação e de outros documentos relevantes da UE neste domínio, intercâmbio de informações entre os Estados-Membros e com países terceiros sobre políticas nacionais e coordenação das medidas tomadas pelos Estados-Membros na UE e fora desta.

A atual presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, que decorre entre 1 de janeiro e 30 de junho de 2021, é a quarta exercida por Portugal, depois das que ocorreram em 1992, 2000 e 2007.

cas no espírito da aplicação das convenções das Nações Unidas. Portanto, aquilo que parecia ser completamente fora do texto e ao arripio das convenções internacionais quando foi aprovado, está hoje perfeitamente integrado. Diria que abrimos o caminho para que outros países deem esse passo no sentido da descriminalização. Continuamos na vigência de um paradigma proibicionista no que concerne às convenções, mas Portugal está dentro desse paradigma e em cumprimento com as convenções e este é um exemplo para que outros possam dar esse passo que, como sabemos pela nossa experiência interna, foi muitíssimo importante. Ter o Eng.º Guterres como Secretário Geral da ONU, falando a espaços e ajudando com o seu testemunho relativamente ao papel que teve enquanto primeiro-ministro de Portugal na aprovação da descriminalização e, assim, dando a cobertura da ONU a esse passo que outros países podem dar, parece-me também importante.